



MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

EDITORIAL: A VIOLÊNCIA POLICIAL DO ESTADO CAPITALISTA NA BAHIA PG.2

QUE BRIGUEM OS VELHOS MANDANTES: OS TRABALHADORES CONSTROEM SUA ALTERNATIVA PG.4

UCRÂNIA: UMA GUERRA E MUITOS LADOS PG.6

O "NOVO" ENSINO MÉDIO: UM PROJETO NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO PG.9

ENTREVISTA DO MOMENTO: FERNANDO MORAIS PG.11

A QUESTÃO LGBT E A SOCIEDADE CAPITALISTA PG. 16

10 ANOS DA LEI DE COTAS PG. 18

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022
BIOGRAFIA DE SOFIA MANZANO PG.21

ESPAÇO CULTURAL - COMIDA, DIVERSÃO E ARTE EM TEMPOS DE FOME E "CARNAVAL PANDÊMICO" PG.22

MEMÓRIA - OLGA GUTMANN BENÁRIO PRESTES PG.23

A violência policial do Estado capitalista na Bahia



Foto: Mateus Pereira / Secom

Por Milton Pinheiro

A violência praticada por agentes públicos (policiais) no Brasil é uma questão muito grave, tornando o país um dos mais questionáveis no mapa da repressão estatal em todo o mundo. As estatísticas confirmam que os contingentes populacionais assassinados pelo braço repressor do Estado capitalista superam os números das mortes que ocorrem em diversas guerras localizadas em curso pelo mundo.

O dado mais contundente destes levantamentos sobre violência policial informa que o setor da população acometido por esses homicídios são os negros/as das mais diversas periferias, quase sempre em situação de pobreza, miséria social e desemprego. Esse quadro de precariedade humana avançou com a pandemia da COVID-19. Podemos confirmar, assim, a seletividade do Estado capitalista, que opera como organizador das estruturas que se movimentam de forma opressiva para atacar essas populações mais vulneráveis e agir de forma racista.

Na Bahia, a situação é gravíssima: nos tornamos o segundo estado na ordem da violência policial, perdendo apenas para o

Rio de Janeiro (dados de 2020). Os mortos pela PM da Bahia são em 97% negros/as. Por quê avançamos para essa situação tão desesperadora?

O governo da Bahia tem tido uma postura política conservadora e de total apoio à lógica punitivista quando o assunto é violência. O governador tem reforçado o que tem de pior no senso comum sobre essa questão; Rui Costa (PT) dissemina um discurso ideológico de corte reacionário quando opina sobre o papel da família e da religião em relação à questão da violência; o estado age para militarizar a escola pública e seu chefe é evasivo sobre as ações da PM, que resultam em assassinatos de jovens pretos e pobres.

Portanto não existe, na lógica do Estado capitalista na Bahia – gestado pelo governo da aliança burgo-petista –, uma contenção sobre a naturalização das mortes efetuadas pela PM, quase sempre em localidades pobres.

De forma emblemática, podemos exemplificar esse modo de agir do governo estadual. No dia 6 de fevereiro de 2015, pouco

mais de um mês depois da posse de Rui Costa no governo da Bahia, ocorreu uma trágica ação da PM na Vila Moisés, Bairro do Cabula, em Salvador, que confirma o que seria a lógica da repressão policial na Bahia. Nesta data, a PM encurralou 12 jovens daquela comunidade e os abateu com tiros nas costas e nas mãos (de acordo com a investigação do Ministério Público e as informações da imprensa). Qual foi a primeira manifestação do governador? Em entrevista aos meios de comunicação, ele afirmou: “Um PM de arma em punho é como um artilheiro em frente ao gol”. Os policiais envolvidos continuam exercendo suas atividades funcionais como se nada tivesse ocorrido.

Diante dessa situação, podemos qualificar que a PM, enquanto aparato do Estado capitalista na Bahia, age de forma violenta e sem a protetiva contenção do poder público. Ampliou-se a violência policial, cresceram os assassinatos de jovens pretos e pobres; operações da PM com nítida conduta racista, machista e LGBTfóbica são rotineiramente gravadas por moradores e/ou parente das vítimas, sem a célere investigação e punição.

O que se pode acompanhar na imprensa baiana sobre violência policial, quando é divulgado, já é o suficiente para se ter uma fiscalização profunda do Ministério Público e da Justiça, e deveria ser motivo de CPI na Assembleia Legislativa da Bahia. Com esse mesmo caráter, o governo do estado deveria agir para criar uma força-tarefa no sentido de investigar internamente tudo isso, com a devida presença da sociedade civil (OAB, MNU, Comissões de Direitos Humanos, Anistia

Internacional, Associações de Moradores dos principais bairros da rota da violência, etc.) No entanto, nada de novo no front, continua o mesmo roteiro da ação policial.

Na capital, continuam os mesmos e repetidos acontecimentos: agressão policial com caráter misógino, assassinatos de crianças colocadas na rubrica da bala perdida (o caso de menino Joel Conceição Castro de 10 anos), desaparecimento de corpos, feminicídios – a exemplo do que ocorreu no bairro da resistência antirracista em Salvador, o Curuzu. Além do mais, é público e notório o racismo religioso cometido por policiais contra a população negra.

Todavia, essa questão não atinge só a capital; é fato presente em todo o estado. Cidades como Santo Antônio de Jesus têm se notabilizado pela presença na estatística da violência policial, entrando, por esse fator, no mapa da violência no Brasil. Não escapa nada: até mesmo a pequena cidade de Ribeira do Pombal (no nordeste da Bahia) enfrenta essa tragédia que é marcada pelo expressivo crescimento da violência policial. Na mesma região, em Tucano, a PM também é acusada de ter assassinado o ativista da causa dos direitos humanos Pedro Henrique.

Só a luta social, com a força da organização coletiva, pode enfrentar a violência do Estado capitalista no Brasil e na Bahia.

Por nossos mortos nem um minuto de silêncio, toda uma vida de combate!

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,
João Abreu e Rafaela Fraga**
Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
João Abreu

contato@omomento.org | www.omomento.org



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição
**João Pedro Aguiar, Giovani Damico, Pedro
Henrique Oliveira, Perimar Moura, João Coimbra e
Célula de Comunicação e Cultura Jacinta Passos**
Revisora Responsável
Rafaela Fraga
Colaboradoras da Revisão
Luiza Brandão e Anna Luiza

QUE BRIGUEM OS VELHOS MANDANTES: OS TRABALHADORES CONSTROEM SUA ALTERNATIVA



Foto: Valter Fontes

Por João Pedro Aguiar

Novamente, em 2022, as eleições da Bahia terão um quadro político similar ao que vem sendo as eleições desde a segunda metade dos anos 2000. As principais frações da burguesia baiana são completamente ajustadas na máquina pública, são representadas com maioria absoluta da Câmara e determina para onde é direcionada a governabilidade do Estado.

Para compreender a política baiana nos tempos presentes, precisamos remontar a história de luta dos trabalhadores do estado contra o carlismo: a face mais autocrática vinculada à ditadura militar da burguesia baiana, que instituiu um regime fortalecido na repressão ampla das massas, na perseguição institucional sistemática contra qualquer oposição à família ACM e, sobretudo na marca maior de Antônio Carlos Magalhães, os assassinatos políticos.

A autocracia da família Magalhães era sustentada nos grandes negócios do Estado, contando com grandes meios privados de comunicação - tal como a filial da Rede Globo, Rede

Bahia, e o jornal impresso Correio - que eram extensões de seus gabinetes, para além do forte aparato jurídico e policial com imediata obediência ao velho Antônio Carlos. Vale ressaltar que ACM Neto (DEM), seu principal herdeiro político, em menor nível ainda é capaz de preservar em grande medida essas mesmas estruturas políticas e colocá-las a serviço de seu projeto de reabilitação do carlismo.

Mas derrotar o carlismo nunca foi um simples ato de deposição de ACM ou de seus familiares carreiristas e profissionais da política. Trata-se de uma das formas e expressões políticas possíveis de um único núcleo hegemônico: o bloco burguês.

A eleição de Jaques Wagner (PT) a governador em 2006, que depôs a canalha carlista, inaugurou um novo rearranjo de forças políticas que está no governo estadual há 16 anos, sem guardar grandes antagonismos com seus antecedentes. Antigos aliados do velho ACM, como Otto Alencar (PSD), foram atraí-

dos para o lado do governo petista e ajudam a comandar o Estado Baiano. Nesses 16 anos não houveram mudanças positivas substanciais para a classe trabalhadora, para sua organização independente enquanto classe, ou na conquista de direitos sociais e transformações mais profundas. A Bahia é uma réplica menor da política petista de alianças com a direita tradicional e os blocos da burguesia a nível nacional, sendo importante considerar que partidos de centro como PSB (Partido Socialista Brasileiro) e até mesmo o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) são firmes defensores da política estadual e compõem o governo.

Tanto Wagner como Rui Costa (PT) foram inimigos declarados dos servidores públicos, sobretudo da Educação, que protagonizaram mobilizações históricas como a Greve dos 100 Dias em 2012 e as greves nas Universidades Estaduais da Bahia em 2015 e 2019, que juntas paralisaram as atividades das universidades por mais de 150 dias. A Bahia figura entre os maiores índices de desemprego e extrema pobreza do país. A política penal reacionária de encarceramento em massa e a letalidade policial da Bahia são constantemente reforçados enquanto méritos conquistados dos governos petistas, mesmo que 100% das vítimas do Estado Baiano sejam negras, segundo a [Rede de Observatórios da Segurança](#)¹.

Além da EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) que hoje está sendo ameaçada de privatização, o governo de Rui Costa, segundo o jornal Metro1, busca extinguir o "[Centro Industrial Subaé, Conder, Sudic, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e deixa a Bahia Pesca para ser gerida pela iniciativa privada](#)"², preparando um amplo pacote de privatizações para o fim de seu mandato.

Sobre 2022

Ainda é incerto quem será o representante que sucederá o atual arranjo político que comanda o Governo Estadual. O sucesor muito possivelmente será indicado a partir das costuras que favoreçam a principal candidatura petista, a de Lula, para o Palácio

do Planalto. No lado do carlismo, próximo ao governo Bolsonaro mas distante nas aparências, ACM Neto é um candidato certo da direita tradicional baiana. E correndo por fora o parco e inexpressivo João Roma (Republicanos), que reivindica o postulado de principal representante do bolsonarismo na Bahia.

Para a classe trabalhadora, os diglades internos das facções políticas da burguesia não podem pautar seus caminhos, suas lutas, sua organização. Pelo contrário, nos dá mais uma razão para debilitar o projeto burguês ascendendo uma alternativa independente da classe, pautada em seus interesses imediatos e estratégicos.

Temos a necessidade imediata de retomar as lutas de rua, nos espaços de trabalho, moradia e de estudo, para derrotar a agenda antipopular do governo Estadual e Federal, para contribuir na reorganização da classe trabalhadora e elevar seus instrumentos de luta como atores protagonistas em um processo de mudança social. A política das cúpulas devem ser isoladas em um movimento político da classe trabalhadora de apresentar seu próprio programa e conjunto de reivindicações. Não é uma simples tarefa, pois precisamos vencer ilusões muito arraigadas que se reproduzem na tática defensiva de "ampliar o arco de alianças" com a direita e a burguesia para livrar-se do "mal maior".

Não há atalhos para nos livrar da condição de reféns e construir uma alternativa popular na Bahia.

[1] <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/12/14/bahia-e-o-estado-mais-letal-do-nordeste-e-100percent-dos-mortos-pela-policia-em-salvados-sao-negros-aponta-pesquisa.ghtml>

[2] <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/65104,ruianuncia-extincao-da-conder-e-privatizacao-da-bahia-pesca-e-outros-orgaos.html>

UCRÂNIA: UMA GUERRA E MUITOS LADOS



Gabinete Presidencial da Rússia

Por Giovani Damico

Há poucos dias nos propusemos a refletir, em outra edição d'O Momento, a complexa rede geopolítica que cerca os muitos conflitos ativos no leste europeu e eurásia, sobretudo nas regiões das repúblicas da ex-URSS. A conjuntura de lá para cá acelerou processos dramáticos e, como se diz na política, "há décadas em que nada acontece e há dias em que décadas acontecem". O rápido descarrilhar da crise ucraniana, embora pudesse ser lentamente observado ao longo dos últimos dez anos, teve em poucos dias desdobramentos de escala gigantesca.

Um aspecto fundamental a ser observado se refere aos operadores políticos presentes no cerne do conflito, os quais trataremos aqui de maneira clara. O primeiro destes diz respeito ao regime fascistizado hoje instalado no Governo da Ucrânia, junto aos grupos para-militares de nacionalistas neonazistas. Os Estados Unidos figuram enquanto grandes patrocinadores do atual governo, ao lado da União Europeia, com papel de fustigador passivo do regime e eventual conciliador, tendendo sempre ao imperialismo estadunidense. A Rússia, por sua vez, aparece enquanto agente externo engajado na manutenção de zonas de influência livres da OTAN. Por fim, temos os movimentos de massas da Ucrânia que estão ou situados passivamente, capturados em parte pela ideologia do imperialismo ocidental, ou situados nas respostas populares radicalizadas, que vêm levantando as bandeiras do antifascismo, do antiimperialismo, da auto-determinação dos povos e da paz. Estes últimos tendo posto em movimento a fundação de duas repúblicas autônomas no leste ucraniano, região de Donbass, dando lu-

gar às Repúblicas Populares de Lugansk e Donetsk.

Uma análise no calor do momento sempre estará sujeita a lidar com os rápidos desdobramentos que tendem a aparecer a cada minuto. No entanto, observar as principais determinações que envolvem o conflito deve ser o caminho central para um bom entendimento dos acontecimentos trágicos em curso hoje na ex-república soviética. Há duas ou três semanas, grandes veículos jornalísticos vêm noticiando a iminente invasão russa do território ucraniano, deixando de lado uma grande questão: o que motivaria tal invasão, alardeada aos quatro ventos? Por um lado, a Rússia vem promovendo esforços retóricos de apontar seu compromisso com a pacificação da Ucrânia e com a proteção das minorias étnicas de ascensão russa, que passaram a ser perseguidas nos últimos anos. Embora possamos identificar nestas palavras certa concretude, a "pacificação" proposta pela Rússia vem através de meios militares, e resulta inevitavelmente em uma resposta bélica ao conflito ora instalado.

Por outro lado, aparece como sujeito indefinido ou inexistente aquele que toca os tambores da guerra no lado ocidental, em especial os EUA. A quem interessa o avanço da OTAN, o cercamento territorial da Rússia e a captura das ex-repúblicas soviéticas em uma rede clientelista de estados satélites? O silêncio é retumbante. Até mesmo setores progressistas ou da esquerda possuem dificuldade enorme em situar os atores vigentes e, no máximo, levantam uma idílica "defesa do povo ucraniano". Mas ora, o povo ucraniano não existe em abstrato, mas sim tomado por paixões, ideologias, pela repressão e pelo aparelhamento do Estado. O povo ucr-

niano se vê dividido entre etnicidades, entre regiões e, sobretudo, dividido por interesses em grande parte estranhos à classe trabalhadora daquele país.

Declaradamente, não pretendemos aqui uma falsa isenção ou equiparação dos diversos atores envolvidos no conflito; antes o contrário, pretendemos auxiliar no processo de desnudar as diversas facetas da Guerra em andamento. Como apontado em nosso artigo supracitado, é impossível avaliar os eventos que estão no olho do furacão sem pensar nos trinta anos de dissolução da URSS e os movimentos empreendidos pelo imperialismo ocidental para encapsular as antigas repúblicas soviéticas, seja as inserindo diretamente na OTAN, seja as colocando em situação de subserviência ao grande capital especulativo ocidental e seu jugo militar.

Concomitantemente, a resposta da Rússia – especialmente com a ascensão de Vladimir Putin – vem desenhando um terreno de resistência à agressão ocidental, ao passo em que a nova burguesia russa, emergida da crise dos anos 1990, busca concretizar uma zona própria de influências onde a Rússia passaria a exercer o papel de ator central, organizando as diferentes burguesias na região. É sabido que tal movimentação vem gestando um estado de crise permanente. A não-inserção da Rússia na cadeia imperialista ocidental, sob subordinação dos EUA, torna-se um entrave para a expansão da hegemonia incontestada constituída pelos estadunidenses no fim dos anos 1990.

Tal polo de resistência, pautado nas divergências históricas, nos sentimentos nacionalistas de grande parte da nascente burguesia russa, nas pretensões de restauração do domínio imperial pretérito, se junta em uma amálgama de antagonismo que abriu portas para a associação da Rússia com países, movimentos e grupos em contradição com o imperialismo ocidental, o que culmina, por exemplo, na controversa aliança entre Rússia e China numa espécie de bloco contra-hegemônico.

É precisamente este cenário que faz com que os interesses "subjetivos" de uma intencionalidade imperialista da Rússia se confundam com suas ações concretas exercidas hoje, que por diversas vezes abrem portas ou facilitam movimentos de resistência, na própria Ucrânia – mais especificamente nas autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk – mas também em diversas outras regiões, como as sancionadas Coreia do Norte, a pequena mas grandiosa Cuba, além da própria Venezuela, que, com todas as suas contradições, mostrou um processo de avanços sociais orientados aos interesses locais.

Outras experiências diversas poderiam ser citadas sobre as relações dos russos com países como Síria, Irã, Nepal, Vietnã, Laos e etc. A articulação da Rússia com estes países é de difícil compreensão, tendo como base apenas interesses imediatos, ou tendo como base apenas a lógica futura de um im-

perialismo russo que se pretende ser, mas ainda não é. No jogo das antíteses entre o subjetivo e o objetivo, o caminho de contestação por vezes se cruza com adversários maiores ou menores, ou adversários futuros que hoje se mostram como aliados táticos.

Desde a madrugada do último dia 23, os veículos mainstream nos lotam de informações sobre a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. De fato, a intervenção militar explícita começou. Em menos de 24 horas de intervenção, ao que tudo indica, parte dos principais postos-chave do comando militar ucraniano foram sumariamente destruídos por bombardeios táticos russos. Estimativas apontam que 70% dos armamentos recebidos do ocidente pelas tropas ucranianas teriam sido totalmente destruídos. Tal incursão levou a casualidades e alguns embates frontais, mas mostrou, num primeiro momento, um aparente sucesso do objetivo russo de "neutralização" do exército ucraniano, diferente da alardeada guerra total. A superioridade bélica russa chama a atenção de diversos observadores no que tem se traduzido até aqui em uma desarticulação das capacidades bélicas ucranianas em um curtíssimo espaço de tempo.

Evidente que é extremamente cedo e apressado aventar qualquer desdobramento futuro. Entretanto, o que se sabe de imediato é que a declaração de independência das Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk foi reconhecida pela primeira vez por um país estrangeiro, sendo este a própria Rússia, no dia 21 de fevereiro, que colocou suporte militar à disposição para uma intervenção conjunta na região, viabilizando uma "fronteira dura" com a expulsão de tropas e agentes ucranianos dos territórios reivindicados pelas duas repúblicas.

No interior da Ucrânia, o conflito ganha ares cada vez mais dramáticos: é um país esfacelado, com sua economia em ampla fragmentação, e que tem na Rússia seu principal parceiro econômico, mas se vê agora em rota de colisão frontal com um vizinho de poderio bélico assustador, e ao mesmo tempo capturada em uma guerra que muito pouco ou quase nada diz sobre as necessidades da população ucraniana.

O imperialismo ocidental há quase uma década incita o conflito, armando as milícias paramilitares ucranianas, prestando total conivência com a fascistização do país que viu um crescimento absurdo do neonazismo, perseguição irrestrita a militantes comunistas, anarquistas, sindicalistas em geral, e a todo grupamento de inspiração antiimperialista e antifascista. Era inevitável que um processo que vem destruindo por dentro os próprios fundamentos da nação ucraniana, colocando em choque diferentes grupamentos sociais e étnicos, apagando a história do país, principalmente seu passado revolucionário, tendesse a exasperar os conflitos que culminam na atual quadra histórica onde uma guerra civil é iminente.

Assim, encontrar uma posição equilibrada neste

momento nos parece o movimento mais urgente e necessário. Se a ação militar russa parece tomar forma, ainda não há capacidades de prever sua proporção final. Mas é um fato que as potências ocidentais, do seu papel ativo de agitadoras da guerra, têm se mostrado agora tímidas em lidar com as consequências reais. Os alarmes das sanções econômicas voltam a soar, mas ao contrário de surtirem qualquer efeito pacificador, essas medidas apenas acirram os tensionamentos existentes, sem poderes de frear a Rússia e menos ainda o conflito por eles insuflado. Paralelamente, a mobilização de tropas da OTAN em países vizinhos e a continuada escalada da perspectiva de balcanização da região, com reforço da presença da OTAN, tende a deixar a Ucrânia como uma ilha desolada pelo conflito e abandonada pelos fustigadores.

As saídas a serem buscadas devem ter balizas claras, pautadas nos princípios de autodeterminação dos povos e a partir da constituição de polos de debate e ação política oriundos do interior da Ucrânia, num programa feito pelas próprias mãos da classe trabalhadora local. Assim, retoma-se a capacidade política e organizativa da população ucraniana, tendo como primeira tarefa uma “desfascistização” do país.

A própria institucionalidade ucraniana se viu desmilinguida, com campanhas “anticorrupção” conduzidas pelo Departamento de Estado estadunidense junto aos seus Consulados (que na prática estabeleceram uma verdadeira limpa, inviabilizando estruturas de poder próprias àquele país, orientadas minimamente aos seus interesses). Agora, coloca-se uma tarefa de reconstrução dos marcos institucionais básicos para a retomada de um **projeto de nação autóctone**, orientado pelos interesses da classe trabalhadora ucraniana ora espremida entre projetos antagônicos que em sua essência, pouco têm a oferecer de avanços concretos. Tal projeto não será oferecido nem sustentado pela Rússia, sob quaisquer óticas.

As experiências piloto, ou as bases para reconstituição da Ucrânia, devem emergir do próprio país. A situação no leste, em Donbass, assume contornos diferenciados e se mostram constituídas pelos germens de auto-gestão proletária. Desta experiência emergem legítimos e fundamentais movimentos de contestação e de reorganização da sociedade ucraniana, resgatando, inclusive, a história soviética em seus principais feitos civilizacionais para o país. A guerra deve ser resolvida por moldes definidos pelos interesses mais avançados da população ucraniana, garantindo o direito de rendição, de trânsito da população civil em corredores seguros, e orientando para um desfecho rápido e em favor da auto-determinação da classe trabalhadora naqueles territórios.

Apenas um amplo projeto de reconstrução nacional, pautado primeiramente na retomada da paz e seguido de uma recomposição das estruturas jurídicas e políticas nacionais, será suficiente para o funcio-

namento da normalidade social e econômica no país. Tal projeto deverá ainda contar com a concepção de um novo pacto federativo, ou a eventual dissolução da unidade territorial ucraniana, orientada não por interesses estrangeiros, mas sim pelas discussões vivas e localizadas nos interesses da classe trabalhadora ucraniana nos moldes propostos de forma incipiente pelas repúblicas populares nascentes em Lugansk e Donetsk. O próprio suporte militar russo não deve ser convertido em alguma espécie de ocupação territorial.

Por fim, não pode haver espaço para confusão no papel dos diferentes atores estrangeiros. Se por um lado há de ser denunciado o belicismo e expansionismo russo, este não pode ser confundido com a ofensiva do imperialismo ocidental através da OTAN, que figura como o principal inimigo da classe trabalhadora a nível mundial, um verdadeiro instrumento reacionário contra todas as perspectivas de contestação da ordem do capital. O papel da Rússia, conquanto seja o de frear o expansionismo da OTAN, termina por atender – ainda que indiretamente ou como “consequência adversa” – a interesses da classe trabalhadora mundial. Mesmo assim, tal papel deve ser observado criticamente. A perspectiva russa de substituir a auto-determinação dos povos por uma mera defesa da “soberania nacional” tende a escamotear o conteúdo de classe, colocando os interesses de elites locais acima dos interesses da classe trabalhadora, o que também deverá ser denunciado e combatido pelos movimentos revolucionários. A única saída para a paz na Ucrânia reside nos próprios corações e mentes das comunidades e dos territórios locais.

Alguns desfechos podem estar no horizonte, e a imprevisibilidade ainda é uma marca latente da situação. Podemos situar, como cenários possíveis: um amoldamento do território ucraniano a um novo contexto, despossuído dos territórios do leste, mas onde persista a situação de crise e conflito com a Rússia, semelhante com o que se produziu após a anexação da Criméia pela Rússia; a ampla deterioração do conflito com o avanço de uma guerra civil, que pode incluir ou não a entrada de potências estrangeiras coordenadas pela OTAN, tornando-se provavelmente um dos cenários mais catastróficos; ou o arrefecimento das tensões com mudanças institucionais na Ucrânia, ainda aos moldes hoje estabelecidos, cenário que parece altamente improvável, mas que poderia levar a uma redução das tensões com compromissos dos dois lados.

Um último cenário, mais otimista para a população ucraniana, está descrito naquilo que citamos acima como uma ampla reconstituição do país sendo a saída para a crise, num processo onde tanto a ingerência do imperialismo ocidental quanto o intervencionismo russo seriam paulatinamente afastados, numa escala de prioridades onde afastaria-se inicialmente a ameaça da OTAN, e ficaria a tarefa posterior de os movimentos revolucionários ucranianos lidarem com os apetites também vorazes da burguesia russa.

O “NOVO” ENSINO MÉDIO: UM PROJETO NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO



Foto: Miguel Ângelo/CNI

Por Perimar Moura

As últimas décadas têm sido marcadas pelo acirramento do neoliberalismo e a educação é uma das principais áreas que refletem esse fato. O teor predominantemente tecnicista em detrimento de uma formação humana tem marcado essa tendência de maneira cada vez mais abrangente, voltando a área educacional para o atendimento dos interesses mercadológicos da burguesia mundial. Há ainda uma evidente diferença entre o teor dessa mudança no processo educacional em países do eixo do “capitalismo” e os que se encontram em sua periferia, sendo assim chamados de países de “capitalismo dependente”. Nessa região periférica, a educação tem sofrido adaptações para ampliar ainda mais o já evidente abismo entre a classe trabalhadora e seus exploradores, como será debatido a seguir.

No Brasil isso não é diferente e também não é novidade que a educação tem sido francamente atacada de diversas formas nos últimos anos. Em 2013 foi criado pelo empresariado o Movimento Pela Base, um grupo não governamental que financiou intelectuais de direita no intuito de elaborar uma “nova” base comum curricular, findando num projeto de redefinição

do ensino médio no Brasil, recebendo então o nome de Novo Ensino Médio. Participaram abertamente desse processo, com suporte financeiro, instituições privadas de grande porte como a Fundação Lemann, a Fundação Itaú, o Unibanco, o Instituto Natura, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Ayrton Senna, o Grupo Volkswagen, dentre diversas outras empresas de grande porte e detentoras de capital.

Esse movimento teve seu apogeu com o golpe político-empresarial de Estado e contra a democracia brasileira em 2016, numa coalizão que envolveu todos os partidos de direita e extrema-direita no famoso “grande acordo com o Supremo, com tudo”, desencadeando assim uma das maiores crises institucionais que o país já enfrentou na Nova República. Tratou-se de uma reorientação política da burguesia brasileira para se adequar aos reflexos da crise econômico-financeira internacional. O pacote de medidas pós-golpe foi largamente apoiado e divulgado pela mídia nacional, com o discurso de convencimento da classe trabalhadora de que era necessário retroceder nos direitos trabalhistas e sociais para “salvar o país”.

Paralelamente, várias ações já estavam sendo planejadas para serem postas em prática nos anos seguintes, como ataques às instituições públicas e seu conjunto de servidores e servidoras, incluindo-se aí as instituições educacionais, o sucateamento da máquina pública no geral, que servia de justificativa para as privatizações, atendendo assim à sanha entreguista ao capital estrangeiro, gerando perda de autonomia e enfraquecendo o Estado brasileiro. Foi diante dessa conjuntura que se consolidou a Reforma do Ensino Médio na Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017, com ares de inovação e linhas que à primeira e desavisada leitura podem seduzir jovens estudantes e até mesmo docentes. Contudo, na prática, a coisa se apresenta de outra maneira, ameaçando muitos dos avanços educacionais conquistados a duras penas até aqui.

Um primeiro ponto a ser aqui abordado é a possibilidade de as Secretarias Estaduais de Educação implementarem disciplinas e até cursos de cunho predominantemente tecnicista na modalidade de Ensino à Distância (EAD), através de instituições privadas e não governamentais (ONGs). Essas disciplinas podem ser oferecidas em até 40% na modalidade EAD, podendo ser de até 100% para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além da precarização iminente, por se tratar de tragédia anunciada, esse modelo não considera em sua concepção o grande número de pessoas que não tem condições de adotá-lo. Segundo dados do último censo do IBGE (2010), 37,8% da população brasileira não sabe usar ou não tem acesso regular à internet, ou seja, 63,35 milhões de brasileiros e brasileiras ficam de fora desse processo educacional, mostrando-se amplamente excludente.

Seguindo o projeto de agravamento da precarização da educação, essa reforma permite que empresas privadas ofereçam disciplinas curriculares que compõem a parte diversificada prevista nos Parâmetros Curriculares. Isso leva a uma diminuição da responsabilidade dos estados e da União sobre o Ensino Médio, ferindo as prerrogativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, cujo prefácio foi um presente do então parlamentar, grande e saudoso educador brasileiro, Darcy Ribeiro (PDT).

Outro ponto de grave relevância, onde a situação fica ainda mais delineada em sua condu-

ção a uma sociedade acrítica, é a utilização do argumento de excesso de carga horária das disciplinas para a possível supressão de algumas delas, como filosofia e sociologia (podendo ser outras), além da provável diminuição da carga horária semanal de história e geografia na grade curricular, prejudicando a formação crítica e humana durante todo esse importantíssimo período escolar de formação cidadã, descaracterizando a educação em sua essência. Como sabiamente disse um dos maiores educadores que esse mundo já viu, nosso insubstituível e imprescindível (por isso mesmo tão atacado pelos inimigos da educação) Paulo Freire, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco a sociedade muda sem ela".

Diante disso, fica claro que o já citado Darcy Ribeiro foi cirúrgico quando afirmou que "a crise na educação brasileira não é uma crise, é um projeto", e esse projeto é orquestrado pelo bojo empresarial que representa a burguesia brasileira. Vendida à população como se fosse uma revolucionária novidade para melhoria da educação, a reforma no ensino médio nada mais é do que a precarização da educação como um todo, transformando as instituições públicas de educação em fábricas de cidadãos e cidadãos acríticos e preparados/as para atender a um mercado de trabalho onde a classe trabalhadora não impõe resistência às constantes perdas de direitos essenciais e fundamentais. A precarização se estende aos profissionais da educação, já que nem mesmo a formação específica será exigida para ministrar disciplinas, podendo se utilizar de "notório saber" para tal. Não obstante, cursos on-line com carga horária de até 70 horas podem ser facilmente encontrados para assegurar o título de notório saber, cursos esses também ofertados pela iniciativa privada.

Essa reforma é uma afronta à educação brasileira, que já enfrentava sérios e profundos problemas, porque vai ampliar o já imenso abismo entre escolas públicas e privadas, o que implica em aumentar a distância entre seus públicos-alvo. Trocando em miúdos, as escolas particulares seguirão formando pessoas para adentrarem nas universidades, enquanto que as públicas formarão mão de obra ainda mais barata, com formação menos humanizada e sem senso crítico para exigir melhores condições de trabalho e de vida, que são direitos constitucionais de qualquer cidadão ou cidadã.

ENTREVISTA DO MOMENTO: FERNANDO MORAIS



Foto: Juliano Rocha

Por Milton Pinheiro
Transcrito por Rafaela Fraga

Fernando Morais é jornalista e escritor

O Momento - Você é um dos mais importantes biógrafos do Brasil. Seu trabalho sobre Olga Benário é uma referência historiográfica, já examinou a possibilidade de trabalhar uma autobiografia?

Fernando Morais - Não. Para falar a verdade, nunca me passou pela cabeça a ideia de fazer autobiografia, por uma razão muito elementar: a minha vida não tem importância nenhuma. O que tem importância é o que eu testemunhei, o que eu vi, o que meu trabalho – seja como jornalista, como crítico, como escritor, como ativista – acabou permitindo que eu testemunhasse ou investigasse. Mas você há de ver que eu próprio não tenho nenhuma história, nenhuma relevância; nada do que eu fiz tem relevância para a história do Brasil. O que tem é o que as pessoas fizeram e que eu tive a oportunidade de pesqui-

sar, de mergulhar. Mas não passa pela minha cabeça autobiografia.

O Momento - O primeiro volume da biografia de Lula teve uma grande repercussão. Quais são os próximos projetos que se encontram na fila para a publicação?

Fernando Morais - Depois do primeiro tomo do livro sobre Lula, uma tarefa na qual eu já estou metido, envolvido e trabalhando, é o segundo tomo. Hoje mesmo, ou ontem, eu publiquei lá no Facebook uma fotografia minha com o José Genoíno que foi feita durante a entrevista que eu realizei com ele já para o segundo tomo. Agora, meu projeto e o projeto da editora é que o segundo tomo fique pronto em meados do ano que vem, em 2023. Primeiro porque tem muita

coisa para pesquisar ainda – já tem muita coisa levantada, pois a ideia original era fazer o livro em um único tomo, então tem muita entrevista feita –, mas ainda tem muita coisa para fazer. Eu espero que o tempo seja suficiente para cumprir o contrato com a editora e a promessa com os leitores, de entregar o volume 2 no ano que vem.

Depois disso tem muita coisa para fazer. Eu tenho uma história aí que ninguém tem, que o personagem central já morreu: a história do Antônio Carlos Magalhães. Eu gravei acho que 6, 7 anos com ele, recebi a papelada toda dele, os famosos arquivos de ACM, e estou em dúvida se faço um livro, um argumento para filme ou minissérie, ou se faço as duas coisas – um livro que dê margem a um roteiro para tela, para cinema, enfim.

Eu imagino que seria algo dramatizado, pois ficaria mais saboroso, embora haja muitas imagens reais de Antônio Carlos Magalhães. Durante meio século ele dominou a política do Brasil. Eu acho que a dramatização dá – respeitando, obviamente, a história – um colorido, uma liberdade dramática, se é que se pode usar essa expressão, que o documentário nem sempre costuma dar.

O Momento - Recentemente você fez alguns comentários elogiosos ao PCB. Como sabe, o partido está completando 100 anos. Você teve alguma relação histórica com esse operador político e o que pensa sobre ele na atualidade?

Fernando Moraes - A despeito do que muita gente imagina, eu nunca fui do Partidão, nunca tive relação formal. Fui muito próximo, fui próximo de lideranças, o livro sobre a Olga Benário acabou me aproximando um pouco do Prestes. Aqui em São Paulo a minha vida política tinha uma relação muito próxima com a direção e com militantes do Partido, mas nunca tive ligação formal com o Partidão. Eu vejo com muita simpatia, nesse momento, o trabalho de formiga – e é bom que seja assim – que vem sendo feito por vários cantos do Brasil para reconstruir o velho Partidão.

Sem que isso signifique um despreço pelos companheiros do PCdoB, ao contrário, tenho relações da melhor qualidade com eles. Acabo de fazer, para você ter uma ideia, um prefácio para o livro de memórias do Haroldo Lima, dirigente histórico, herói da história do PCdoB, com quem

eu tinha relações fraternas. Mas tenho procurado contribuir com os companheiros que estão na construção – na reconstrução, eu diria – do ressurgimento do PCB depois da lambança que foi feita com o Partido.

Se é para identificar, para apontar alguém, é muito ruim esse negócio de ficar dizendo “é responsabilidade de fulano, de beltrano”. Não é de uma única pessoa. Isso vem desde antes mesmo do fim da União Soviética, quando surge a história do eurocomunismo, que as pessoas debochavam dizendo que era neurocomunismo ou euro-opportunismo. O Partido veio se desmoronando; a saída do Prestes é um choque muito grande, e depois acabam escolhendo para coveiro o Roberto Freire.

Então eu tenho procurado, modestamente, contribuir com essa reconstrução do Partidão. Já anunciei que em Pernambuco vou apoiar o Jones Manoel para a candidatura a governador, mas não tenho e nunca tive uma ligação formal. Mas não sei que rumo tomar. Eu tenho um lado meio indisciplinado que talvez não seja bom para algum partido, seja ele qual for. Eu fui filiado durante décadas ao MDB, desde o tempo do Dr. Ulysses [Guimarães]. Ontem eu falava com Ailton Soares, por exemplo, que me filiou ao velho MDB no começo dos anos 1970. Fui muito próximo do grupo autêntico, fui deputado da ala esquerda do MDB, mas acho que eu não sou uma pessoa que tenha vocação para vida partidária, para o cotidiano partidário.

Eu prefiro poder dar contribuição modestamente, à distância, no que for possível, sem ter obrigatoriamente uma ligação orgânica com o Partido. Aliás, eu sugeri à Companhia das Letras, minha editora, que fizesse uma reedição do “Olga”, agora a propósito do centenário do Partidão, para que cuja edição eu pretendo fazer um posfácio mesclando um pouco a história do PC com a história da Olga, e a história do PC com o Brasil de 22, o Brasil da Semana de Arte Moderna, o Brasil da exposição do centenário, dos Dezoito do Forte, o Brasil do nascimento do Tenentismo. É naquela efervescência de 1922 que surge o Partido. Claro, Olga só vem a participar duas décadas depois, mas o livro será de alguma maneira uma forma de registrar o centenário do Partidão.

O Momento - Você é, para além de um grande

jornalista/escritor, um arguto participante da história política contemporânea. Quais personagens do PCB te chama a atenção?

Fernando Moraes - É impossível falar da história não só do Partido, mas do comunismo no Brasil, sem falar de Luiz Carlos Prestes, de Olga Benário, de Gregório Bezerra, de Salomão Malina, de Maurício Grabois, já pós-dissidência no PCdoB, no João Amazonas. São pessoas que eu tive o privilégio de conhecer de perto. De todos esses aí, os dois únicos que eu não tive a oportunidade de ter convívio pessoal foram o Grabois e a Olga – naturalmente, pois quando a Olga morreu eu não era nem nascido. Mas o Partido tem uma galeria de heróis, de gente que deu a vida, que sacrificou a sua vida para lutar por um país melhor, por um mundo melhor.

Acho que ambos os Partidos, tanto o PCB quanto o PCdoB, com todas as virtudes que já assinalem de uma maneira genérica, têm lá suas misérias também, que têm que ser expostas. Você não ensina para as pessoas a história de um Partido só contando as virtudes. Muito particularmente – eu não sou cientista político, não sou especialista, mas – na minha observação, na minha convivência com gente do Partido e um pouco de conhecimento de um período do Brasil que me interessa muito, que vai da proclamação da República até os dias de hoje, eu vejo que, se houve um momento em que o Brasil esteve perto de construir uma transformação mais profunda da sociedade, talvez tenha sido em 1930, quando Getúlio Vargas, conspirando para a Revolução de 30, manda os ex-tenentes e ex-membros da Coluna [Prestes] João Alberto e Siqueira Campos a Buenos Aires convidar o Prestes para ser chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Revolução.

Prestes já era comunista, já tinha feito a opção pelo marxismo-leninismo e estava se aprontando, inclusive, para se mudar para a União Soviética. Ora, você chamar um militar com a experiência que Prestes tinha da Coluna, Coluna invicta, que percorreu o Brasil inteiro sem sofrer uma única derrota do Exército de Artur Bernardes, e acima de tudo um comunista – Getúlio sabia, obviamente, que Prestes tinha feito a opção pelo comunismo; chamar um homem com esse perfil para ser chefe do Estado Maior das Forças Armadas de uma Revolução, isso te sugere um futuro diferente do que o Brasil teve.

Prestes se recusou, ele achava que aquilo não

era uma revolução, achava que era um movimento burguês, que tinha mais ligações com as elites, com as classes dominantes do que com os trabalhadores da cidade, do campo, os operários, os camponeses. Não aceitou. E aí acontece uma tragédia na volta, quando o João Alberto e o Siqueira Campos estão voltando de Buenos Aires para Montevideu, de onde eles viriam para o Brasil: o avião em que eles viajavam cai no Rio da Prata. O João Alberto consegue se salvar nadando, mas o Siqueira Campos morre afogado.

Aqui em São Paulo muita gente passa em frente ou pelas imediações do MASP, onde há uma estátua muito bonita do Siqueira Campos, um parque com o nome de Siqueira Campos, e a maioria das pessoas não faz a menor ideia de quem se trata. Não acho que foi uma opção correta do Prestes a recusa ao convite de Getúlio. Mas pode ser que qualquer historiador, qualquer cientista político chegue aí e desmanche essa minha teoria com um peteleco. Assim como a Guerrilha do Araguaia, que por maiores que sejam os méritos e a coragem dos companheiros do PCdoB em tentar uma guerrilha rural, a história comprovou que havia alguma coisa errada, que havia algum erro político ali. Eu acho que, com o passar do tempo, essas coisas vão emergindo e nos ajudando a entender melhor o Brasil, entender por que o Brasil é do jeito que é hoje.

O Momento - A quadra histórica brasileira é muito complexa, existe algum perigo de ruptura pela ação de setores da direita e neofascistas?

Fernando Moraes - É evidente que eu me preocupo muito com a situação atual do Brasil. Essa situação dramática, trágica que a gente vive desde o golpe contra a Dilma, que na verdade não era um golpe contra a Dilma, mas contra o Lula, contra o lulismo e contra o que significa o Lula e o lulismo. Se você for buscar as causas da situação que a gente está vivendo, vai ter que voltar a 1954, ao tiro no peito do Getúlio. As elites brasileiras que levaram o Getúlio ao suicídio são as mesmas que, em seguida, tentam impedir a posse de Juscelino Kubitschek à presidência da República usando os argumentos mais banais, mais inacreditáveis. E depois que Juscelino toma posse, é preciso que se diga isso – passou agora o dia 11 de novembro e não saiu uma miserável linha, em nenhum veículo, falando sobre o Marechal Lott, da chamada Novembrada – Lott atrasou o

golpe [militar, de 1964] por 10 anos pelo menos.

Juscelino toma posse quase que na marra, pela mão de ferro do Marechal Lott, e durante o governo de Juscelino há duas tentativas de golpe militar da direita da Aeronáutica, da UDN, que são os levantes de Aragarças e Jacareacanga. As elites são as mesmas. Se você olhar agora, inclusive, alguns são filhos ou netos daqueles que estavam dando golpe. Começaram em 1954, reaparecem contra JK, ressurgem quando Jânio [Quadros] renuncia e tentam sacramentar o golpe aproveitando a presença do Jango, vice-presidente da República, na China.

Faz-se um acordo de cúpula – com a habilidade do Dr. Tancredo [Neves], a capacidade dele de costurar política, e faz-se um parlamentarismo de perna de pau, que não sobrevive. E o Jango ganha o plebiscito para o presidencialismo, mas não resiste ao golpe de 1964. Também é preciso chamar a atenção para uma coisa que é o seguinte: no decorrer da ditadura militar de 1964 vão morrendo aos poucos os últimos generais e oficiais nacionalistas. Por maiores que tenham sido os crimes cometidos pela ditadura militar, você não pode esquecer o lado nacionalista de alguns militares da ditadura. O primeiro país a reconhecer o Movimento Popular de Libertação de Angola é o Brasil, antes de Cuba, que tinha 250 mil soldados lá dentro. Antes da União Soviética, que armou esses 250 mil soldados. O Brasil foi o primeiro.

Você não pode esquecer que o Médici – talvez o pior de todos os facínoras da ditadura militar, o governo que mais matou, que mais torturou, que mais barbarizou os Direitos Humanos – foi quem criou o mar de 200 milhas, e é dentro desse mar de 200 milhas que está o pré-sal. Hoje eles estão vendendo o Brasil. Estes governos que vieram depois do golpe contra a Dilma, primeiro o postigo do Michel Temer, depois o genocida Bolsonaro, eles estão vendendo o Brasil a preço de banana, estão desidratando as estatais – Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, agora está na mira de ser privatizada a Eletrobrás. E não tem um único general, um único brigadeiro, um único almirante que diga ‘não’ a isso.

Então eu temo que a geração dos militares nacionalistas, que começa lá em 1922, com os tenentes, alguns que passam pela Coluna, que passam pela Revolução de 30, que essa geração tenha acabado. Tenho muito receio de que não haja mais absolutamente nenhuma preocupa-

ção com o papel essencial das Forças Armadas, que é defender o patrimônio brasileiro. Eu tenho preocupação. Agora, ao mesmo tempo, as coisas não são pretas ou brancas. Eles montaram uma operação para deixar o Lula na prisão, mofar e morrer na prisão, e de uma para outra, por uma casualidade, um garoto hacker do interior do estado que não era nenhum Snowden, não era um analista da CIA, não era um Julian Assange; era um rapaz, garoto, que aliás, politicamente era um sujeito originalmente a favor da Lava Jato; é ele quem desenterra os cadáveres dessa acusação, que levam a Justiça a anular a operação Lava Jato, a libertar o Lula e a provar a suspeição do então juiz Sérgio Moro.

Hoje, pré-candidato a presidente da República, Moro se despe e se mostra nu à população que achava que ele era um herói nacional limpando o Brasil de ladrões, de assaltantes dos cofres públicos. Pois isso é armada a operação e ele, particularmente, tinha a ilusão de que ia tirar proveito disso. Para não dizer que o Moro é responsável por isso sozinho, se juntaram nesse processo as 5 famílias que dominam a mídia no Brasil. Eu costumo recomendar que as pessoas leiam meu livro sobre o Lula de trás para frente, para verem o apêndice em que eu publico sobre o comportamento dos veículos mais importantes do Brasil – Jornal Nacional, Veja, O Globo, Folha [de S. Paulo] e O Estado [de S. Paulo] – para verem o massacre perpetrado contra o Lula, contra o PT e para o endeusamento a Sérgio Moro.

E, no entanto, a história deu uma cama-de-gato nessa gente toda. Foi uma casualidade, mas se não fosse assim, teria sido de outra forma. A firmeza do Lula, de jamais admitir os crimes de que ele era acusado, ele não aceitava nem a remissão de pena por leitura de livro. Muitos meses antes de ser preso, eu perguntei, gravei e publiquei no livro: “Mas presidente, e se por acaso o senhor for condenado e te oferecerem prisão domiciliar? O senhor pode ficar em casa fazendo política e com uma tornozela no pé”. Eu achei que ele ia ter um infarto, de fúria. Ele levantou a perna da calça e disse o seguinte: “Nessa canela aqui, Sérgio Moro não põe tornozela. Ele pode por tornozela na mãe dele, mas na minha perna ele não põe”.

Essa coragem do Lula, que só a inocência explica, contribuiu muito para a virada que o Brasil deu. Então, a história às vezes prepara surpresas inesperadas para os nossos inimigos também.

A minha expectativa é essa. Estou trabalhando, estou fazendo o que eu posso com as limitações que eu tenho, e não vejo muita expectativa de que a gente faça mudanças profundas no Brasil com o povo desorganizado, sendo uma sociedade desorganizada. Você vê alguns poucos movimentos, como MST, MTST, CUT. É muito pouca organização para uma tragédia tão grande.

O Momento - O livro que escreveu sobre Cuba é um clássico no Brasil. Como examina a atual situação política da ilha revolucionária?

Fernando Morais - A Revolução Cubana é um exemplo para todos nós. Não precisamos de modelos copiáveis, decalcáveis. Cada sociedade resolve suas tragédias à sua maneira. Cuba tem o tamanho de Pernambuco, tem a população da cidade de São Paulo. Então a gente não pode simplesmente dizer que vamos fazer uma Revolução Cubana aqui. Agora, a verdade é que são 60 anos de agressões diplomáticas, comerciais e militares da maior potência bélica que o mundo já conheceu, que são os Estados Unidos, e a Revolução está de pé.

Dizia-se muito: “Cuba sobrevive por causa da União Soviética”. A União Soviética acabou e a Revolução está aí. E não é que está aí com as pernas bambas, está aí mandando médicos para o mundo inteiro para salvar populações ricas, da Europa, para salvar os povos de vários países de uma tragédia como foi a COVID-19. Ali não tem perigo. Eu brinco muito dizendo que eu sou um cubano nascido em Mariana, Minas Gerais. Então acho que a Revolução Cubana é um exemplo não só para a América Latina, mas para a humanidade.

Claro que eles tiveram o privilégio de ter líderes da estatura de Fidel [Castro], Raul [Castro], Juan Almeida, mas têm um povo que não engole desaforo. Cuba é um país exemplar nesse sentido. Exemplar. A história da Revolução Cubana está provando, cada vez mais, que o modelo deu certo. E só não deu mais certo por conta do bloqueio norte-americano. Obama, o “negro democrata”, cinicamente prometeu acabar com isso, acabar com o bloqueio e fechar Guantánamo, mas não mexeu em nada.

É preciso desmistificar essa bobagem de achar que nos Estados Unidos os democratas são mais progressistas que os republicanos. Claro que se

pode pegar exceções dos dois lados: pegar um tarado como Trump, por exemplo, e comparar com Jimmy Carter, que é um democrata liberal, um homem com outra visão do mundo. Mas a verdade é que um dos primeiros atos de política externa do Joe Biden foi botar 20 milhões de dólares para a extrema-direita de Miami infernizar a vida da Revolução, promovendo essas guerras cibernéticas contra Cuba. Não passarão. Pode tirar o cavalo da chuva. A Revolução Cubana já sepultou 10 presidentes dos Estados Unidos e ainda vai sepultar mais uns 10.

O Momento - Na sua compreensão, a partir das contradições colocadas na cena política global, é possível a concretização de um mundo melhor na perspectiva do socialismo?

Fernando Morais - Eu tenho convicção, clareza de que o socialismo vai triunfar. Do alto da minha ignorância – brinco muito dizendo que as coisas que não sei cabem num livro de mais de mil páginas – a emergência do socialismo é tão certa quanto o sol vai nascer amanhã. Você pode até não ver; você pode olhar amanhã de manhã e o céu estar nublado, mas o sol nasceu. O sol vai nascer, o socialismo vai nascer, até por razões aritméticas.

Não há nada, absolutamente nada que justifique, que permita, que perpetue o fato de que milhões de pessoas morrem de fome, morrem de trabalho que em alguns lugares adquire características de trabalho escravocrata, para atender aos interesses de uma elite minoritária. O Brasil é um dos exemplos mais bem-acabados disso. Você está vendo os bancos aí: cada um dos três grandes bancos brasileiros tem um faturamento 30 bilhões de dólares – e esses dividendos não estão sujeitos a Imposto de Renda. O sujeito enfia esse dinheiro no bolso e dá uma banana para a Receita Federal.

Ora, isso não pode ser para sempre. Se vai levar uma semana, um mês, um ano, um século, vai depender de circunstâncias para as quais a minha capacidade de prever, de refletir, é escassa, mas eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida a respeito da vitória do socialismo.

A QUESTÃO LGBT E A SOCIEDADE CAPITALISTA



Foto: Cecilie Johnsen

Por Pedro Henrique Oliveira

Tratar sobre a formação histórica das identidades gays e lésbicas dentro do debate político do movimento LGBTQIA+ tomou tradicionalmente um percurso deveras emaranhado por uma defesa a-histórica dessas identidades, tendo como pressuposto básico preliminar a formação de narrativas mitológicas que sustentavam uma estratégia para tornar as experiências sexuais individuais inteligíveis dentro de uma comunidade, ou melhor, de uma subcultura urbana de homens gays e mulheres lésbicas que crescia a partir da segunda metade do século XX. Foi a partir daí que essa subcultura ganhou corpo e passou a se apresentar de maneira expressiva: até os anos 30 sua existência era difícil de identificar devido à instabilidade e ocultamento desses espaços. Mas antes de levantar os pontos problemáticos deste percurso, é necessário compreender de que forma, em qual contexto e quais foram condições históricas que provocaram a formação tanto dessa subcultura emergente quanto de novas identidades.

John D'Emilio, em seu texto intitulado "O Capitalismo e a Identidade Gay", preocupa-se em delinear as condições históricas e materiais, dentro da emergência do capitalismo, que tornou possível o surgimento das identidades gays e lésbicas. Devido ao seu grande êxito em fazer uma análise materialista histórica da opressão LGBT, este texto será a base para a discussão que estamos propondo aqui. Dito isso, voltamos à questão inicial. John D'Emilio é criterioso ao vincular o surgimento dessas identidades sexuais, dentre outros fatores, à emergência do sistema de trabalho livre, possibilitado pelas novas relações sociais impostas pelo capitalismo.

O movimento de libertação gay emergente nos Estados Unidos a partir dos anos 60 configurou um

momento no qual homens gays e mulheres lésbicas das grandes metrópoles estadunidenses tiveram conquistas institucionais significativas, como por exemplo, a revogação das leis de sodomia em diversos estados do país, a exclusão homossexualidade das listas de doenças mentais, etc. Vale destacar que estamos partindo de um contexto social pós Segunda Guerra Mundial, que reconfigurou as relações de sexualidade no interior da sociedade estadunidense uma vez que a Guerra possibilitou novas conexões de gênero e sexualidade. Recordemos que a Segunda Guerra separou os jovens por sexo de forma abrupta no processo de recrutamento militar: de um lado os homens combatentes eram enviados para lugares distantes e concentrados em centros militares; por outro lado, as mulheres permaneciam no país em pensões femininas para trabalhadoras ou eram enviadas às seções femininas do Exército estadunidense. Em decorrência disso, podemos inferir que a Guerra tornou possível a experiência de milhares de homens e mulheres afastada da sociabilidade heterossexual, o que permitiu uma maior abertura para relações não heterossexuais. D'Emilio traz relatos de aventuras homoeróticas entre soldados, marinheiros e fuzileiros navais em cidades portuárias, como Nova Iorque, que mais tarde se tornaria palco da grande revolta de Stonewall. Relatos, como o de Allan Bérubé, revelam o quanto a guerra foi crucial para a emergência de uma comunidade gay masculina nas grandes cidades dos Estados Unidos.

Isso tudo resultou na formação de uma subcultura de encontros em bares gays e lésbicos nos quais as relações homossexuais eram permitidas, criando o terreno para a formação de uma identidade assumida

por todos de forma coletiva, tornando possível o nascimento de uma política ordenada por uma identidade sexual. Apesar disso, nos anos subsequentes ao movimento de libertação gay, um amplo setor de uma incipiente direita conservadora inicia uma estratégica perseguição contra a comunidade LGBT, que começava a ter destaque social e avanços políticos, invadindo bares e locais de encontros de pessoas LGBTs e perseguindo sistematicamente quaisquer movimentações da comunidade. Isso mostra o quanto havia uma fragilidade teórica e política dentro do movimento LGBT, que culminaram em um sentimento de liberdade dependente e relativa dentro de uma comunidade sem uma proposta teórica e de ação estratégica contra as medidas do Estado de McCarthy, que tinham como alvo justamente as pessoas que expressavam uma sexualidade desviante à norma, vinculando-os a uma decadência moral que precisava ser combatida com todas as ferramentas de vigilância e violência estatal possíveis.

Para avançar nas contradições e instabilidade, era preciso pensar e formular novas teorias e ações estratégicas, e nesse ponto é importante mencionar que o movimento de libertação gay não acumulava um estudo sobre a sua própria história. Esse é um aspecto fundamental, uma vez que no lugar desse estudo foram construídas narrativas mitológicas do que seria ser gay ou lésbica e do que era preciso fazer para expressar essas sexualidades de forma livre política. Soma-se a isso uma característica significativa: uma grande quantidade de homossexuais e lésbicas nos anos 60 experienciaram suas relações sexuais de forma isolada, sem um entendimento real do significado do que sentiam. Então, a invisibilidade e as relações isoladas e escondidas seriam atributos positivos que devem fazer parte da vida gay no presente, e fazia também no passado. Essas narrativas, por consequência, continham um esvaziamento relacionado às condições históricas constitutivas dessa própria identidade. Por quê? O movimento de libertação gay, por sua característica incipiente, não formulou uma teoria em torno da opressão contra a comunidade LGBT que analisasse os aspectos históricos estruturais para o surgimento dessa opressão, vinculando-o ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Isso causou um limite na perspectiva política do movimento LGBT, que precisou (e precisa, ainda hoje) ser superado.

O objetivo de John D'Emilio é questionar esses mitos criados ao propor a localização da formação tanto da identidade gay quanto da opressão contra as sexualidades não normativas dentro da sociedade capitalista. Então, a questão é descobrir as relações entre a identidade gay e o sistema de trabalho assalariado inaugurado pelo capitalismo. D'Emilio irá dizer que a expansão do capital e do trabalho assalariado possibilitou a formação da identidade gay, uma vez que ele isso modificou aspectos estruturais dentro da família nuclear como a indissociabilidade entre sexualidade e subsistência, que antes, nas sociedades pré-industriais, eram coisas imprescindíveis para a manutenção da economia doméstica, já que toda a subsistência era produzida pe-

los integrantes da família. Isso não quer dizer que não existiam práticas homossexuais nas sociedades anteriores à sociedade capitalista, pelo contrário. Contudo, é necessário pontuar que comportamento homossexual é diferente de identidade homossexual. O último só passa a existir com o desenvolvimento do sistema de trabalho assalariado pois o imperativo da procriação já não ditava as regras da expressão sexual.

É todo um conjunto de transformações de significados no interior da família nuclear que permite a aparição de uma vida gay. A família, a partir do século XIX, passou a ter um significado atrelado à afetividade, ao desejo, que produzia não só bens materiais, mas felicidade. Com a possibilidade de trabalhar fora de casa em uma grande fábrica, a família se tornou parte de uma "vida privada" diferente da "vida pública", que seria o mundo do trabalho assalariado e a produção. Neste compasso, a sexualidade se desprendia aos poucos da procriação, se aproximando, ideologicamente, de uma expressão como um meio de se obter prazer, intimidade e felicidade.

Mas, apesar de possibilitar a emergência da identidade gay, o capitalismo, dentro de suas contradições, não foi capaz de aceitar gays e lésbicas, e muito menos acabar com a hegemonia da heteronormatividade. A família, para o capitalismo, continuou como um ambiente heterossexual e privatizado, que deveria se conformar às relações de produção do sistema capitalista, ou seja, era preciso reproduzir a força de trabalho. Ideologicamente, o capitalismo leva a conformação hegemônica de famílias heterossexuais no seio da sociedade.

A expressão sexual continua condicionada ao imperativo da produção, só que agora de um sistema totalmente diferente aos anteriores, que eleva a família à proeminência ideológica, que irá garantir mais força de trabalho, mais heterossexismo e, por consequência, mais homofobia. Então, o problema para uma expressão sexual livre, sem rédeas, é o próprio sistema capitalista e suas contradições. Nossa estratégia, a curto prazo, seria o fortalecimento dos terrenos sociais que se contraponham aos limites da família nuclear heterossexuais, ou seja, estamos falando de políticas que nos possibilitam viver de forma digna longe das violências do heterossexismo. Isso passa por pensar em políticas de amplo acesso ao aborto, o acesso universal à creches públicas, pleno emprego, etc. de forma geral, políticas que possibilitem uma vida digna mesmo longe da família tradicional, criando redes de apoio que superem a necessidade de afeto apenas quando há ligação consanguínea entre as pessoas. Podemos perceber que o sistema capitalista tornou a identidade gay possível, mas não acabou com as contradições entre gênero, sexualidade e classe. Embora a defesa de uma identidade seja estratégica para estabelecer um debate inteligível das nossas demandas atuais, nossa política deve ser pelo fim da sociedade de classes e da identidade gay para que possamos viver de forma plena enquanto sujeitos emancipados.

10 ANOS DA LEI DE COTAS



Estudantes fazem manifestação no Senado pedindo a votação do projeto que criará a cota social e ampliará as cotas raciais nas universidades públicas - 10/07/2012 - Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por João Coimbra

No dia 29 de agosto deste ano, a Lei de Cotas completará dez anos. O aniversário, em lugar de uma comemoração de uma conquista de direitos sociais da classe trabalhadora, marca o prazo final de sua vigência pacífica: o artigo 7º desta lei prevê uma “revisão do programa especial” para estudantes negros, pardos, indígenas e egressos de escolas públicas.

É importante lembrar que o estabelecimento de leis com “prazo de validade” não é algo incomum no Ordenamento Jurídico Brasileiro (conjunto de leis, regulamentos, decisões dos tribunais, etc.), já que uma lei pode ser promulgada para resolução de um problema específico; quando resolvido o problema, já não há mais necessidade para a lei. Via de regra, em tais situações, a lei trará consigo uma cláusula, um dispositivo legal, que descreva com detalhes os “comos” e “quandos” da sua revogação.

Quanto à Lei de Cotas, o dispositivo legal que prevê o prazo de “revisão” não estabelece nada além desta palavra. Não determina, nem

mesmo com projeções ou estimativas, de que forma poderíamos compreender se a Lei de Cotas conseguiu “resolver” o problema, ou o quanto perto ou longe estaria do fim deste problema. (Um adendo relevante: até o 2016, a Lei de Cotas previa que o Poder Executivo seria o responsável pela tal “revisão”, mas o artigo 7º foi derogado por Michel Temer, que excluiu as palavras “O Poder Executivo promoverá”, deixando o dispositivo ainda mais vago e incerto).

E então, qual seria o problema que a Lei de Cotas tenta “resolver”? Antes de tentarmos responder a esta pergunta, vamos considerar os seguintes pontos.

Primeiro, consideremos que o debate de raça no Brasil está, há mais de um século, limitado entre as concepções de democracia racial e sua contraparte, a dívida histórica.

Segundo, consideremos que há uma crescente aceitação social quanto ao termo Racismo Estrutural; no entanto, a expressão tem ser-

vido menos para iniciar discussões sobre raça, e mais como uma resposta lacônica que “explica sem explicar” o racismo brasileiro.

E terceiro, este é um ponto um tanto mais complexo, consideremos que o racismo não é um problema teórico, mas uma ferramenta de controle político, viva e ativa como sempre esteve.

Discutamos brevemente estes pontos, um a um.

Democracia racial já foi uma terminologia usada a sério no Brasil durante a segunda metade do século XX. A ideia corresponde a um hábito de raciocínio chamado de “progressismo”, por imaginar que a simples passagem dos anos seria capaz de levar uma sociedade a um nível mais elevado de progresso social (frases como “não acredito que em 2022 ainda exista gente que...” são exemplos comuns do que falamos). Assim, o Brasil seria uma “democracia racial” por estar “muito longe” do seu “passado escravista”, onde vidas não seriam mais determinadas por raça: pessoas brancas, negras e indígenas teriam assim igualdade de oportunidades. Sabemos que nada disso é verdade.

No entanto, há várias nuances da ideia de democracia racial que ainda perduram no imaginário popular, e principalmente no discurso político progressista: em particular, a ideia de dívida histórica. O raciocínio que se segue é que “algo” aconteceu no passado e precisa ser compensado. Quatrocentos anos de escravidão e extermínio de negros e indígenas foram esse “algo”. Por dívida histórica se compreende, portanto, que esse “algo” ficou no passado; se trata de um problema quantificável, limitado, com fronteiras bem determinadas entre todos os outros acontecimentos históricos. Tal qual um boleto bancário, a dívida histórica estabelece com precisão e liquidez o quanto se deve e para quem se deve. E, sendo uma dívida, ela pode ser paga.

A compreensão de dívida histórica é constantemente levantada na discussão de ações afirmativas raciais no Brasil. Entende-se como um “dever” da sociedade para “corrigir” os erros e violências do passado e conferir equidade na correção de vestibulares e seletivos públicos. Nesta primeira perspectiva, a Lei de Cotas teria como objetivo final (ainda que inconscientemente) o estabelecimento da tal democracia racial, por meio do “pagamento” da dívida histórica, de forma gradual e progressiva.

É nesse sentido que o deputado federal Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, compreende a “revisão” prevista na Lei de Cotas: enquanto a presença universitária de negros,

indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda não for igual ou superior à sua presença demográfica nos censos federais, a Lei de Cotas deverá ser renovada por mais dez anos; e, quando as porcentagens coincidirem, a lei deverá ser mantida por mais cinco anos. Seu projeto de lei está parado no Senado Federal.

Mas seria esse o alcance total do problema? Seria o racismo algo superável pela presença equivalente de pessoas racializadas na universidade? A continuação do raciocínio progressista dirá que não, que a presença, por exemplo, de pessoas negras na universidade é uma etapa necessária para a construção de uma “classe média negra”.

Neste ponto, avancemos para nossa consideração número dois: o racismo estrutural. Terminologia recente, que não transitava no vocabulário popular durante as discussões de cotas raciais entre 2002 e 2012, a compreensão coletiva de “racismo estrutural” ainda deixa muito a desejar. De fato, a expressão se refere à capacidade histórica de dominação social que o racismo possui. Muito antes de ser um mero preconceito entre partes, o racismo estrutural aponta para a sociedade brasileira e mostra que todas as suas construções foram edificadas sobre corpos de negros e indígenas.

Infelizmente, a forma como a terminologia tem sido corriqueiramente usada não é esta. Fala-se de racismo estrutural, mas somente quando “a estrutura” é deixada de lado na crítica. O que se observa é o uso da expressão para amenizar – ou desculpar completamente – falas, opiniões, ações ou decisões racistas como uma justificativa de que “não houve racismo intencional, afinal de contas o racismo é estrutural”. A terminologia, dessa forma, não tem servido para discutir o racismo, denunciar o racista, ou apontar um caminho para superação do racismo: pelo contrário, culpa-se uma estrutura sem nome, promete-se aprendizado e que “errar é humano, afinal somos todos humanos”.

O irônico é a compreensão de racismo estrutural nos levar a entender que nem todos nós, seres humanos, temos o direito de sermos reconhecidos como tal. O Racismo é uma tecnologia de dominação historicamente utilizada para justificar genocídios e escravização para fora da Europa, por conta da compreensão errônea de que negros e indígenas não eram (completamente) humanos. Falar de racismo estrutural, hoje, é compreender que essa tecnologia social ainda está entre nós e serve aos interesses do capitalismo, que é o nome da estrutura.

É neste ponto que um dos argumentos mais marcantes sobre a importância da Lei de

Cotas, especificamente sobre o povo negro, se esbarra na compreensão de racismo estrutural: a construção de uma classe média negra brasileira. O argumento, muito difundido no período descrito acima, vinha em encontro da lógica de construção de uma “democracia racial” por meio do pagamento da “dívida histórica”: lenta e gradualmente, os cotistas beneficiados pelas ações afirmativas conquistariam melhores posições no mercado de trabalho, graças aos seus diplomas; constituiriam famílias negras com melhores condições econômicas; e, uma geração depois, seus filhos estariam melhor preparados para competir com as crianças brancas.

Este argumento existiu, e muitos de nós não vimos o racismo explícito desse raciocínio. A ideia da construção de uma “classe média negra” como condição sine qua non da superação do racismo é um vaticínio da desumanização da pessoa negra. Esta perspectiva reducionista e economicista aceita e busca se adequar ao racismo estrutural, sacrificando a grande maioria de negros que vivem no hoje, em nome dos poucos negros desfavelados do amanhã.

Mais ainda, o argumento “filhos da classe média” conta com o preparo intelectual dessa nova juventude negra, qual à geração anterior foi negado, para que o contínuo progresso da sociedade brasileira pudesse contar com teóricos e organizadores políticos mais habilidosos para a luta antirracista. O autor desse texto, negro nascido na dita classe média, poderia ser aludido como um exemplo que corrobora com esta linha de raciocínio...

Entretanto, para responder a este apontamento, é preciso chegarmos à nossa terceira e última consideração: o racismo não é somente um problema teórico, mas uma ferramenta de controle político. Significa dizer que compreender a educação superior como mera preparação profissional, mera forma de acesso privilegiado ao mercado de trabalho, já é uma **compreensão da educação sob um viés político conservador**, disfarçada de realismo.

Em verdade, as discussões sobre racismo estrutural, muitas vezes por sofrerem de reducionismo econômico, esquecem ou ignoram o caráter ideológico da desumanização de pessoas negras e indígenas. Pessoas racializadas têm constantemente seus discursos policiados, empregos negados ou retirados, produções científicas e artísticas desmerecidas e até mesmo criminalizadas, quando estes não se adequam à lógica capitalista do racismo estrutural.

No contexto em que nós estamos de encarceramento em massa, violência policial, ultra-exploração dos trabalhadores negros, et-

nocídio indígena, todos esses fatores existem concomitantemente ao problema de acesso à educação superior. O argumento de que as ações afirmativas são uma forma de compensar uma dívida histórica é terrivelmente contraditório, porque o modelo de vestibular acaba por excluir pessoas racializadas quais não atendam as expectativas quanto a um universitário: jovem, inteligente, motivado, agradecido. Ou seja, talentoso e submisso.

Desta forma, o racismo exerce seu controle ideológico a partir de uma política de representatividade no que tange à “classe média negra” criada pela política de cotas, que se refere a um grupo especial de negros qual se provou capaz de obedecer burocracias, agradar professores, conviver sem maiores problemas **num país onde falar de raça já conta como um problema**.

As considerações apresentadas neste artigo não pretendem desmerecer a disputa política de décadas que se traça nesse país, lutadores quais foram vitoriosos no estabelecimento de uma política de ações afirmativas que modificou a vida de tantos trabalhadores racializados do nosso país. Pelo contrário, o artigo apresenta questionamentos que têm como objetivo aprimorar e consolidar o planejamento de políticas públicas – bem como apontar as limitações do antirracismo na democracia burguesa.

A disputa no poder legislativo, além do projeto do deputado Paulo Paim, conta com os projetos de lei da deputada petista Maria do Rosário e do deputado apologista do nazismo, Kim Kataguiri. Rosário procura **tornar a reserva de vagas lei permanente**, com o acréscimo de um serviço de assistência estudantil a nível federal. **Kataguiri**, em plena oposição ao caráter antirracista da Lei de Cotas, entende que a lei é “inconstitucional”, uma “discriminação positiva” que “não faz o menor sentido”, porque “a pobreza atinge negros e brancos”, propondo uma derrogação de toda referência a negros e indígenas. Conhecemos o deputado Kataguiri e sua verdadeira motivação, refutá-lo não vale a tinta no papel ou a bateria do seu celular.

Por fim, pontuemos que o dispositivo dos dez anos da Lei de Cotas e a palavra “revisar”, certamente, se trata de um acordo, uma condição que possibilitou sua promulgação precisamente por ser aberto, confuso, relegado à interpretação de má-fé de um político direitista de ocasião. Fica a lição de que, como ensinou o teórico negro marxista C.L.R. James, “Na política, todos os termos abstratos escondem em si uma traição”.

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

BIOGRAFIA DE SOFIA MANZANO



Esta seção especial ficará vigente até o fim das eleições de outubro de 2022. Aqui, apresentaremos os candidatos e candidatas do PCB Bahia. Começamos essa edição apresentando a nossa pré-candidata à Presidência do Brasil, Sofia Manzano.

da pelo PCB, e aprovou a filiação à CUT. Participou de todos os congressos do partido desde o 9º Congresso em 1991. A partir de 1992, passou a fazer parte do Comitê Central da Reconstrução Revolucionária do PCB.

Além da militância na Reconstrução Revolucionária do PCB, a partir de 1992, atuou em conjunto com demais jovens comunistas, a exemplo de Leandro Alberto e reorganizou a União da Juventude Comunista (UJC), ocupando sua presidência. Ainda nessa organização, a partir do mesmo ano, realizou importante trabalho no restabelecimento dos contatos internacionais dos comunistas, impulsionado pelos movimentos de juventudes comunistas de vários países, que também promoviam seus ajustes de contas com os diferentes rachas reformistas no movimento e nos partidos. Nessa tarefa, viajou para a Colômbia, Argentina, Portugal e Cuba, ainda nos anos 1990. Em Portugal, país no qual esteve por duas vezes com essa tarefa, participou de atividades políticas da UJC. Em fevereiro de 1995 esteve na reunião da FMJD, que buscou reorganizar essa instância das juventudes democráticas e revolucionárias, ocasião em que garantiu a permanência da UJC no Conselho Geral da FMJD.

A partir das tarefas internacionais do movimento de juventudes revolucionárias, como dirigente da UJC, participou da organização da delegação brasileira ao XIV Festival Mundial da Juventude que ocorreu em Cuba em julho de 1997, bem como do operativo do Cone Sul durante o Festival. No Movimento Estudantil foi dirigente do Centro Acadêmico Leão XIII, na PUC, tendo participado de vários congressos da UNE nos anos 90.

No Movimento Sindical, enquanto trabalhava no ensino superior privado, em São Paulo, foi da base do Sinpro – SP. A partir de 2013, passou a integrar a base da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ADUSB, seção sindical do ANDES. Foi vice-presidente da ADUSB entre os anos 2015 e 2016. Em 2015, integrou o comando da greve das universidades estaduais da Bahia, participando das mesas de negociação junto ao governo estadual. Uma greve importante que teve como pauta a defesa da carreira docente, aumento no orçamento para as universidades estaduais e o apoio às pautas da permanência estudantil.

Faz parte da Unidade Classista e compõe a Fração Nacional da UC no Andes-SN. Assim, tem participado regularmente dos congressos desse sindicato bem como no movimento sindical na base. Em 2014 integrou a chapa do PCB, encabeçada por Mauro Iasi, na vice-presidência. Hoje, é a pré-candidata do PCB à presidência da república.

Sofia Manzano nasceu em 19 de maio de 1971, na cidade de São Paulo (SP). Morou em Guarulhos na infância e depois se mudou com a família para um sítio na zona rural da cidade de Santa Isabel, na região metropolitana de São Paulo. Realizou o ciclo da educação básica entre a escola pública e instituições privadas de São José dos Campos e Santa Isabel. Voltou a morar em São Paulo no ano de 1988.

Casada, tem um filho de seu primeiro casamento. Sofia também é musicista: toca piano e flauta. Em 1989, participou como flautista da gravação do disco “Zimbo Trio e as crianças”. Ao longo dos anos, vem mantendo aceso o estudo e a leitura da literatura russa do século XIX e início do século XX.

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC/SP, mestra em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e doutora em História Econômica pela USP, integrou em São Paulo a direção do Instituto Luiz Gama (ILG). Foi aprovada em primeiro lugar no concurso público para professora do curso de economia da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e mudou-se para Vitória da Conquista (BA) em outubro de 2013. Hoje desenvolve pesquisa sobre o mercado de trabalho e desigualdade social no capitalismo, sendo autora de diversos artigos científicos publicados no Brasil e no exterior, além de ter publicado o livro Economia política para trabalhadores (São Paulo, ICP, 2ª edição, 2019), cuja edição está novamente esgotada.

Começou a sua militância no PCB em 1989, durante a campanha presidencial daquele ano. Em 1990, ainda muito jovem, participou no apoio às delegações de sindicalistas que decidiram, em histórica Conferência de Praia Grande (SP), a desfiliação do movimento sindical da CGT, comanda-

COMIDA, DIVERSÃO E ARTE EM TEMPOS DE FOME E “CARNAVAL PANDÊMICO”

Por Célula de Comunicação e Cultura Jacinta Passos - PCB Bahia

Covid-19 fez carnaval nos moldes tradicionais ser cancelado pela segunda vez em Salvador. Diferente de 2021, porém...



Festas privadas no carnaval já existiam antes da pandemia, ao longo dos camarotes do circuito. Neste ano, porém, esta modalidade de evento foi a única autorizada pelo poder público | Foto: Instagram/Camarote Salvador

Mal imaginava Caetano que o trecho “atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu” seria uma profecia, pois morremos todos sem carnaval: de fome, de tédio e de ignorância. “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte” foi mais do que um apelo de Arnaldo Antunes pelo que nos sacia o corpo e a alma. Passamos mais um ano sem carnaval. Diferente do ano passado em que, por coerência, no período nenhuma festa aconteceu de forma legal no país, este ano as festas populares foram barradas, mas as “revoadas particulares” seguiram a todo vapor, tal qual uma máquina de fazer dinheiro movida a combustão fóssil.

O que propusemos nós, comunistas, diante desta situação em que nos preocupamos com as questões sanitárias, mas ao mesmo tempo enxergamos a luta de classes nas proibições de algumas festividades? Propusemos dignidade ao trabalhador do carnaval, que corria o risco de ficar sem seu sustento com o cancelamento da festa popular; mas também propusemos a proibição de todas as festas privadas, para que se reduzisse a disseminação do vírus SARS-COV-2. Afinal, foi “em nome da saúde” que os circuitos Dodô, Osmar e Batatinha não ferveram como nos tempos pré-pandêmicos. Comida para hoje, diversão e arte para amanhã, mas só se for para todas e todos.

O prefeito de Salvador, que tem Reis no sobrenome¹, pouco afeito parecia ser aos súditos do Momo. Passou demasiado tempo defendendo a realização da festa, ao invés de pensar em um plano B para os trabalhadores da folia que não só prevenisse a categoria do já provável cancelamento do carnaval, mas que a con-

templasse no calendário de verão da cidade. Apenas no final de fevereiro foi sancionada a lei que instituiu auxílio para trabalhadores dos setores de cultura e eventos, prejudicados com a continuidade da pandemia neste período mais uma vez. O SOS Cultura II pagou R\$2.424 em parcela única, depois de tantos cancelamentos de festas populares terem acontecido, como Lavagem do Bonfim, Festa de Iemanjá e Lavagem de Itapuã. Seus aliados na Câmara Municipal preferiram apostar as fichas no embate com o governador², que desde o começo das discussões se posicionava contra a realização da festa, mesmo enquanto estádios de futebol foram autorizados a ficar cheios por decreto estadual.



Xanddy, do Harmonia do Samba, atrai multidões | Foto: Instagram/Harmonia do Samba

Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento da Retomada dos Eventos da Câmara Municipal de Salvador (CMS), o vereador Claudio Tinoco (DEM) insistiu para que Rui Costa ao menos tomasse uma decisão sobre o cancelamento da folia momesca, pois confirmar o evento em cima da hora não tornaria a realização “viável para os empresários”. Força, guerreiros: não fossem os senhores, nobres cavalheiros trajados em cartolas e montados em equinos maltratados por suas esporas, festas no mundo todo não aconteceriam.

A folia, no entanto, aconteceu. Não entre Barra e Ondina, Campo Grande e Carlos Gomes (após passar pela Praça Castro Alves), tampouco no Centro Histórico. Festas privadas foram a alternativa para quem queria curtir o carnaval! “E a novidade que seria um sonho virava um pesadelo tão medonho”, com uma diferença para a letra de Gilberto Gil: não havia poeta. Era só fome e sonho despedaçado para cada lado. “De um lado esse carnaval/ Do outro a fome total”.

[1] Bruno Reis, DEM

[2] Rui Costa, PT

OLGA GUTMANN BENÁRIO PRESTES



Foto: Reprodução

Por Camila Oliver

Neste mês de fevereiro, comemoramos os 114 anos do nascimento da homenageada desta edição. Existe um poema de Antônio Cícero que diz: “Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. / [...] Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado. / Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, ...” Destes 114 anos, Olga viveu apenas 34, mas a convicção com que viveu, lutou e morreu, ilumina-nos até os dias de hoje. Nas suas palavras: “Iluminar, iluminar, essa é minha missão e a do sol”. Então miremos, admiremos, deixemo-nos iluminar.

Olga Gutmann Benário nasceu em Munique, no dia 12 de fevereiro de 1908. Era de família de judeus tradicionais. Sua mãe, Eugénie Gutmann Benário, era herdeira de uma abastada família judaica, e o seu pai, Leo Benário, advogado e membro do Partido Social-Democrata Alemão.

Em 1923, com 15 anos e excelente formação escolar, Olga uniu-se à organização juvenil do Partido Comunista Alemão (KPD), que naquele momento funcionava na clandestinidade. Neste mesmo ano trabalhou na livraria Georg Müller, e foi apresentada por uma amiga em comum ao professor Otto Braun, que viria a tornar-se seu namorado.

Dedicada à leitura marxista e à militância, almejava mudar-se para Berlim e viver no bairro operário Neukölln, também conhecido como “Fortaleza Vermelha”. Será esta mudança que ocasionará o rompimento com a sua família, com a qual já estava em

conflito por razões ideológicas.

Mudar-se para Berlim foi um dos grandes passos na militância de Olga. Ela chega a Neukölln na companhia do seu então namorado Otto Braun, já com a necessidade de cuidados com a segurança, dadas as atividades clandestinas de Otto. Os dois adotam novas identidades: Otto passa a chamar-se Arthur Behrendt, caixeiro viajante; e Olga assume o nome Frieda Wolf Behrendt, casada com Arthur.

Na Fortaleza Vermelha, Olga torna-se a Secretária de Agitação e Propaganda daquela importante base do Partido Comunista Alemão, e em 1926 o Partido a promove a Secretária de Agitação e Propaganda de toda a capital. Essa posição somava-se à sua atuação como Secretária Política da Juventude Comunista (KJVD) na base de Neukölln.

Aquele era um momento turbulento da história da Alemanha, quando foi instaurada a República de Weimar – a qual aprofundou os conflitos entre a direita e a esquerda, incluindo lutas armadas. Olga participou de alguns desses conflitos, a exemplo do confronto no bairro de Kreuzberg, próximo a Neukölln. No início de outubro de 1926 Olga foi presa por alguns meses, ficando duas semanas incomunicável, sob as acusações de tentativa de alteração da Constituição vigente pela via da violência e participação em associação clandestina.

Otto também havia sido preso e, após a sua saída da prisão, Olga ainda não tinha notícias do companheiro. Então, ao lado de outras/os camaradas, pla-

MEMÓRIA

nejou a invasão à prisão de Moabit a fim de libertar Braun, missão que ocorreu com sucesso. Todavia, os rostos de Olga e Otto foram divulgados com oferta de recompensa para quem desse informações sobre o casal. Assim, ambos fugiram para a União Soviética.

Em Moscou, Olga recebeu treinamento político-militar na Escola Lenin, ao mesmo tempo em que era instrutora da Seção Juvenil da Internacional Comunista, passando a fazer parte da KIM – *Kommunisti Internatsionalni Molodoi*. Vale ressaltarmos que, neste mesmo momento, o Partido Nazista ganhava força na Alemanha e as ideias antisemitas eram ainda mais difundidas.

Ao final de 1931, pela KIM, Olga foi enviada a Paris para atuar na escolha dos dirigentes da Comissão Executiva da Juventude. Como essa tarefa não tinha tempo determinado, Olga e Otto separaram-se. Ao retornar a Moscou, passando por duas prisões na França e uma em Londres, é premiada pela Comintern com um treinamento de paraquedismo de pilotagem de aviões.

Em 1934, Olga foi convocada para uma nova tarefa: a revolução popular na América Latina. Sua missão era cuidar da segurança pessoal de Luiz Carlos Prestes, jovem capitão brasileiro, que enfrentara as tropas do governo ditatorial do Brasil e havia sido eleito membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista (IC). Com as identidades de Pedro Fernandez e Olga Sinek, Prestes e Olga embarcaram na noite de 29 de dezembro de 1934, passando por Leningrado e outras diversas cidades até chegarem a Paris e tornarem-se o casal português Antônio Vilar e Maria Bergner. De Paris, foram para Nova Iorque, Miami, Santiago do Chile, Buenos Aires, Montevideu, até chegarem ao Brasil em abril, desembarcando em Florianópolis, de onde seguiram viagem para Curitiba e depois para São Paulo. Algumas narrativas biográficas dão conta de que a relação amorosa entre Olga e Prestes teve início ainda no percurso até o Brasil.

Embora tenha chegado ao Brasil na clandestinidade, Prestes tornou-se presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política revolucionária de caráter antifascista e anti-imperialista, em sua sessão inaugural. Em julho de 1935, divulgou o manifesto em que exigia “todo o poder” à ANL e a derrubada do governo Vargas, o que concedeu ao então presidente a oportunidade para declarar a ANL ilegal. Mas a ilegalidade não impediu a Organização de realizar a Intentona Comunista.

Enquanto os preparativos para a insurreição ocorriam, despontou um levante na cidade de Natal em novembro de 1935, por razões locais. A ordem de Prestes, assim, era de que a Intentona se estendesse a todo o país, mas isso não ocorreu e a revolta ficou restrita apenas a algumas unidades militares de Reci-

fe e Rio de Janeiro, pois o governo atuou com forte repressão e levou à prisão muitas lideranças comunistas.

Durante todos estes acontecimentos Olga esteve lutando, ao lado da revolução. Assim, em 26 de dezembro de 1935, quando se aproximava da residência do casal de alemães Artur e Elise Ewert, conhecida como Sabo, Olga avistou-os sendo empurrados no camburão da polícia de Filinto Müller, que comandou a brutal tortura do casal. Ao presenciar a prisão dos amigos, Olga retornou para casa e comunicou a Prestes. Os dois partem então para um novo esconderijo, deixando no cofre da casa, com explosivos, muitas documentações. O cofre não explodiu e a polícia teve acesso a documentos, mapas e panfletos do Partido.

A polícia brasileira comandada por Müller colaborava e recebia informações da Gestapo (polícia secreta do Estado Nazista), associando-se também na busca pelas prisões de Olga e Prestes. Na madrugada do dia 5 de março de 1936, o casal foi preso na casa em que estava, no bairro operário do Méier, Rio de Janeiro. Os dois se viram pela última vez na sede da Polícia Central, para onde foram levados com fins de interrogatório e depois encaminhados à prisão. Olga foi levada para o presídio da rua Frei Caneca, onde ficou numa cela com outras dez presas (dentre elas, Sabo). Neste mesmo presídio estava Graciliano Ramos, que posteriormente a mencionara em seu livro *Memórias do Cárcere*.

Na prisão, Olga descobriu-se grávida de Prestes, e iniciou os processos para evitar sua extradição à Alemanha. Porém, mesmo com a campanha internacional organizada pela mãe (D. Leocádia) e irmã (Lígia) de Prestes, o governo brasileiro – buscando a forma de mais violenta tortura – decidiu por entregá-la ao Estado Nazista. Assim demonstravam as matérias do *Diário de Notícias*:

Expulsa a Companheira de Luiz Carlos Prestes.

O presidente da Republica assignou decreto na pasta da Justiça, expulsando do território nacional, por se ter constituido elemento nocivo aos interesses so paiz e perigoso á ordem publica, a alemã Maria Bergner Villar, que também usa os nomes de Frieda Wolff Behren, Olga Bergner, Olga Benário, Olga Meirelles, Maria Prestes e Erna Kruger. (Diário de Notícias, RJ, 29/08/1936, capa)

Na noite do dia 23 de setembro de 1936, Olga foi retirada da prisão sob a desculpa de que seria levada a um hospital (para que não houvesse manifestações de revolta por parte das outras presas). Foi, na verdade, levada para um navio com destino a Hamburgo, onde atracou no dia 18 de outubro com forte cerco policial, para que chegasse até a prisão de mulheres da Gestapo, em Berlim. Nesta prisão, em 27 de novembro de 1936, nasceu a sua filha com Prestes: Ani-

MEMÓRIA

ta Leocádia. Em carta, Olga informou a D. Leocádia o nascimento da neta:

Querida Mamãe:

Acabo de receber suas cartas de 1º e 9 de janeiro. Você pode imaginar a alegria que elas trouxeram.

Primeiro quero informá-la que você é avó. No dia 27 de novembro dei à luz a pequena Anita Leocádia. É uma menina saudável, que nasceu pesando 3800 gramas. [...] (BENÁRIO, carta a D. Leocádia, Berlim, 31/01/1937)

Anita permaneceu com a mãe até 21 de janeiro de 1938, quando foi entregue, em Berlim, a D. Leocádia, que havia lutado muito para provar a paternidade de Prestes e dar direito de liberdade à criança. Mais uma vez, Olga é brutalmente torturada: sua filha é arrancada de seus braços sem que lhe seja dito para onde foi levada. Apenas anos mais tarde, por correspondências, toma conhecimento de que a sua filha está em segurança com a avó e a tia.

As epístolas têm sido rica fonte de estudo da vida de Olga. A própria Anita, que veio a tornar-se importante professora e pesquisadora no campo da história, publicou pela editora Boitempo, em abril de 2017, *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*, relevante obra que apresenta uma análise de documentação inédita produzida pelo regime Nazista, o que incluem as correspondências.

Apesar das fortes censuras dos governos dos dois países, a troca de cartas não cessou mesmo quando em março de 1938, Olga foi transferida para o campo de concentração de Lichtenburg, e em 1939 foi transferida para o campo de concentração feminino de Ravensbrück, onde as prisioneiras viviam sob escravidão e eram sujeitas a experiências pelo médico Karl Gebhardt.

As narrativas biográficas de Olga informam que, nos campos de concentração, ela organizou atividades de solidariedade e resistência, e que mesmo sofrendo castigos físicos e violentos no interrogatório, não colaborava com o regime Nazista. Seguia forte: “Frente a tais acontecimentos, fica-se diante da alternativa de sucumbir ou tornar-se mais dura. E você sabe que, para mim, só existe a segunda alternativa” (BENÁRIO, Carta a Luiz Carlos Prestes, Berlim, 02/1938).

Com a Segunda Guerra Mundial, em 1942, Olga foi enviada para o campo de extermínio de Bernburg. Neste local, em 23 de abril de 1942, somando-se a outras 199 prisioneiras, foi executada na câmara de gás. A família só tomou conhecimento da sua morte quando findada a Guerra, em 1945. A sua carta de despedida a Prestes e a Anita, anima-nos a seguir lutando:

[...] Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terão porque se envergonhar de mim. Quero que me entendam bem: preparar-me para a morte não significa que me renda, mas sim saber fazer-lhe frente quando ela chegue. Mas, no entanto, podem ainda acontecer tantas coisas... Até o último momento manter-me-ei firme e com vontade de viver. Agora vou dormir para ser mais forte amanhã. Beijos pela última vez. Olga.

Fontes:

MORAIS, Fernando. *Olga*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRESTES, Anita Leocádia. *Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*. 1. ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2017. 134 p.

QUILLICI, Mariana Bisoio. *Epístolas do Amor e da Guerra: O Espaço Biográfico nas Cartas de Olga Benário*. Uberlândia, UFU, Programa de Pós Graduação em Letras. Dissertação. 108p. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/11901/1/EpistolasAmorGuerra.pdf>. Visitado em 23/02/2022.

